



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO

**Finanças Pessoais: Planejamento Financeiro-
Contábil na Obtenção da Estabilidade
Econômica Familiar**

Marcio Rodrigues de Souza

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS - CCS
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
Graduação em Administração de Empresas

Rio de Janeiro, Maio de 2016.



Marcio Rodrigues de Souza

**Finanças Pessoais: Planejamento Financeiro-
Contábil na Obtenção da Estabilidade
Econômica Familiar**

Trabalho de Conclusão de Curso

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao programa de graduação em Administração da PUC-Rio como requisito parcial para a obtenção do título de graduação em Administração.

Orientador(a) : Graziela Fortunato

Rio de Janeiro

Maio de 2016.

Agradecimentos

Agradeço à minha família pelo apoio e incentivo, a minha orientadora, professora Graziela Fortunato, pela paciência, opiniões, idéias e dedicação.

Agradeço também aos demais professores do Curso de Administração de Empresas pelo conhecimento transmitido.

A meus colegas de curso pelo aprendizado e crescimento, principalmente a todos que colaboraram direta ou indiretamente para a realização deste trabalho.

Resumo

Souza, Marcio Rodrigues de. Finanças Pessoais: Planejamento Financeiro-Contábil na Obtenção da Estabilidade Econômica Familiar. Rio de Janeiro, 2016. 70 p. Trabalho de Conclusão de Curso – Departamento de Administração. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

As finanças pessoais são de suma importância na administração financeira de qualquer família, independente da quantidade de pessoas que a compõem. Esse estudo tem por objetivo apresentar formas de se realizar um planejamento financeiro adequado para uma família, de forma similar ao realizado por empresas de pequeno porte. O estudo aborda conceitos teóricos de planejamento financeiro, matemática financeira e Contabilidade. No estudo de caso é apresentado um planejamento financeiro para dois tipos de famílias: uma devedora e outra poupadora.

Palavras-chave

Contabilidade, Planejamento Financeiro, Finanças Pessoais, DRE, DFC.

Abstract

Souza, Marcio Rodrigues de. Personal Finances: Financial and Accounting Planning in Getting the Family Economic Stability. Rio de Janeiro, 2016. 70 p. Trabalho de Conclusão de Curso – Departamento de Administração. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Personal finances are very important in the financial management of any family, regardless of the number of people who compose. This study aims to present ways to perform financial planning suitable for a family, similar to by small businesses. The study deals in its theoretical concepts of financial planning, mathematical finance and accounting concepts. In the case study presents a financial planning for two types of families: a debtor and saver.

Keywords

Accounting, Financial Planning, Personal Finances, Results Report, Cash Flow Statement.

Sumário

1 . Introdução	9
1.1. Considerações Iniciais e Contextualização	9
1.2. Formulação do Problema	10
1.3. Objetivos da Pesquisa	10
1.3.1. Objetivo Geral	10
1.3.2. Objetivos Específicos	10
1.4. Justificativa do Estudo	11
1.5. Metodologia	11
1.6. Organização do Trabalho	11
2 . Fundamentação teórica	12
2.1. Gestão Contábil	12
2.2. Gestão Financeira	18
2.2.1 Aplicações Financeiras e Investimentos	23
2.2.2 Alternativas para regularização das dívidas	28
3 . Metodologia	32
3.1. Tipo de Pesquisa	32
3.2. Amostra	32
4 . Análise de Resultados	34
5 . Conclusão	39
6 . Referências Bibliográficas	40

Lista de Figuras

Figura 1: Tipos de Gastos	13
Figura 2: Gráfico de Distribuição das despesas de consumo e média mensal familiar, por tipos de despesa	15
Figura 3: Gráfico de Fluxo de Caixa	19
Figura 4: Gráfico de uma Aplicação de Juros Simples	21
Figura 5: Gráfico de uma Aplicação de Juros Compostos	22

Lista de Quadros

Quadro 1: Exemplos por Tipo de Gastos para Empresa	14
Quadro 2: Estrutura Patrimonial	16
Quadro 3: Estrutura Básica de uma DRE	17
Quadro 4: Estrutura Básica de uma DFC	18
Quadro 5: Fluxo de Caixa	19
Quadro 6: DRE – Família A (Poupadora)	36
Quadro 7: DFC – Família A (Poupadora)	36
Quadro 8: DRE – Família B (Devedora)	37
Quadro 9: DFC – Família B (Devedora)	37

Lista de Tabelas

Tabela 1: Exemplo de Aplicação de Juros Simples	21
Tabela 2: Exemplo de Aplicação de Juros Compostos	22
Tabela 3: Juros Simples X Compostos	23
Tabela 4: Comparativo de Opções de Investimentos	27
Tabela 5: Comparativo com Retorno Bruto do Investimento	27
Tabela 6: Comparativo de Taxas do Cheque Especial	29
Tabela 7: Juros do Cartão de Crédito	29
Tabela 8: Comparativo de Taxas de Juros do Empréstimo Consignado	30
Tabela 9: Comparativo de Taxas de Juros do Empréstimo Pessoal	31

1 . Introdução

1.1. Considerações Iniciais e Contextualização

De 2002 a 2008, durante o governo do ex-presidente Luís Inácio “Lula” da Silva, e antes da crise no mercado imobiliário norte americano, o Brasil passou por um período de estabilidade econômica, com redução contínua da taxa de desemprego que atingiu 7,2% em 2008; inflação controlada de 3,14% em 2006; aumento de crédito; elevação do grau de investimento pelas principais agências de avaliação da qualidade de aderir investimentos, obtendo o “Selo de bom pagador” da *Standard & Poor’s* em 2008; taxa de juros baixa para os padrões brasileiros na média de 10% nos últimos anos.

O Brasil entrou em recessão no segundo trimestre de 2014, com alguns fatores que contribuíram para retração do Produto Interno Bruto (PIB): baixo índice de investimentos, aumento da inflação, crise política; queda na produção industrial; aumento dos juros; elevação na taxa de cambio. A crise econômica vivida no país é plenamente percebida pela população e, como consequência dela, os brasileiros veem seu poder de compra cair e seu endividamento aumentar (DINIZ, 2015).

De acordo com os estudos do IBGE (2016), o desemprego aumentou, atingindo 11,2% no trimestre encerrado em abril de 2016, representando 11,4 milhões de desempregados.

No Brasil, há atualmente 73 mil famílias residentes em domicílios particulares permanentes. A quantidade de famílias endividadas subiu de 61,1% em dezembro de 2015 para 61,6% em janeiro de 2016, segundo a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor – PEIC – da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – CNC (2016).

A falta de uma educação financeira sobre o orçamento pessoal figura-se como um dos agravos que conduzem a ineficiência na gestão dos recursos próprios, fazendo com que as famílias brasileiras tenham dificuldades para poupar, investir e pagar suas dívidas (SILVA e PASSOS, 2015).

1.2. Formulação do Problema

Apesar das crises políticas e econômicas no país, o foco dessa pesquisa é a economia familiar, mais precisamente como utilizar algumas ferramentas empresariais para controlar as finanças pessoais, atingir estabilidade e segurança financeiras e estar, inclusive, preparado para momentos de crise econômica com alto grau de desemprego.

Dentre essas ferramentas empresariais, destacam-se técnicas de matemática financeira e ferramentas contábeis, pois são as mais utilizadas por pequenas empresas.

Muitas ferramentas e técnicas utilizadas por grandes empresas podem ser aproveitadas para um controle financeiro de uma família. Entretanto, a gestão familiar pode ser comparada facilmente com a gestão de empresas de pequeno porte que, por sua vez, abrem mão de ferramentas complexas por questões de redução de custos.

1.3. Objetivos da Pesquisa

1.3.1. Objetivo Geral

Em virtude desses fatores, esse estudo tem a finalidade de apresentar, tanto de forma teórica quanto de forma prática, técnicas e ferramentas que irão auxiliar os chefes de família a buscar estabilidade financeira.

1.3.2. Objetivos Específicos

Para atingir o objetivo geral, os objetivos específicos são apresentar:

- Os conceitos contábeis básicos;
- Os princípios da matemática financeira;
- As aplicações financeiras mais atraentes;
- Alternativas mais atraentes para sanar a pendência financeira;
- Os conceitos, técnicas e ferramentas em aplicações práticas.

1.4.Justificativa do Estudo

Esse estudo se justifica por apresentar alguns conceitos que ensinam sobre educação financeira e finanças pessoais de modo que possa ser útil para a administração financeira das famílias.

1.5.Metodologia

Para atingir os objetivos propostos, serão desenvolvidos pequenos problemas com as aplicações práticas financeiras de forma que se possa fazer um paralelo entre uma empresa de pequeno porte (EPP) e uma família de forma simples a fim de facilitar o entendimento.

1.6.Organização do Trabalho

O trabalho está dividido em cinco partes. A segunda parte descreve os conceitos de Contabilidade e Gestão Financeira com análises de investimentos, aplicações financeiras e resolução da pendência financeira. Em seguida, as aplicações práticas dos conceitos, técnicas e ferramentas apresentados e, por fim, apresenta-se a conclusão do estudo.

2 . Fundamentação teórica

2.1.Gestão Contábil

A contabilidade é o grande instrumento que auxilia a administração a tomar decisões. Na verdade, ela coleta todos os dados econômicos, mensurando-os monetariamente, registrando-os e sumarizando-os em forma de relatórios ou de comunicados, que contribuem sobremaneira para a tomada de decisão (MARION, 1998).

Segundo Freitag (2009), os profissionais de ciências contábeis, acabam esquecendo-se de priorizar o motivo do surgimento da contabilidade, que é o controle de patrimônio, e acabam por aplicar o conhecimento contábil apenas no âmbito empresarial, pois há realmente possibilidade de aplicação dos conceitos e técnicas contábeis às pessoas jurídicas e físicas.

A contabilidade pessoal pode ser definida como a organização financeira do patrimônio de pessoas físicas. É o registro de todas as operações financeiras realizadas por uma pessoa. Estas informações são usadas para controlar e gerir as finanças pessoais (SILVA, 2007). Essas operações envolvem os registros das aquisições de bens e direitos, obrigações contraídas, como todas as transações financeiras e econômicas de uma pessoa. A necessidade da contabilidade para pessoas físicas se deve ao fato, de que a mesma visa fornecer informações sobre a situação financeira com base nos fatos ocorridos no patrimônio, coletando dados e proporcionando a oportunidade da administração da sua própria vida financeira, observando possibilidades de economias extras de recursos, para futuros investimentos (SILVA, 2007).

Assuntos como Contabilidade e investimentos são importantes para a vida das pessoas, mas essas sabem muito pouco sobre o assunto, pois as escolas se concentram nas habilidades acadêmicas e profissionais, mas não nas habilidades financeiras (Kyiosaki e Lechter, 2002).

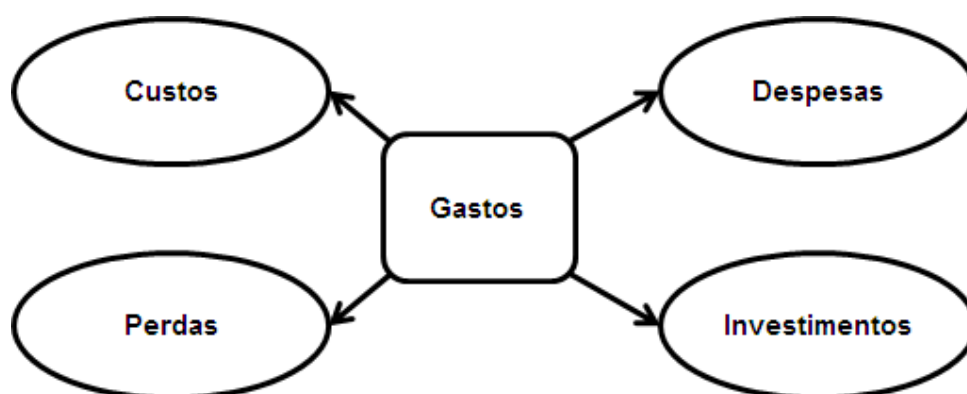
Dentre a gestão contábil familiar, os conceitos e nomenclaturas deveriam ser conhecidos, pois dessa forma, a sua organização seria facilitada, como por exemplo, o entendimento sobre a nomenclatura.

A gestão contábil familiar é um método simples utilizado para obter um controle dos gastos da família, entrada e saída de dinheiro no mês. Para assim

descobrir quanto se gasta, quanto se tem de dinheiro e se podem gastar mais ou se devem poupar. A família é como uma empresa; precisam ter metas, planejamento e orçamentos de gastos (COLELLA, DUARTE, GONÇALVES, ROMANOW E SILVA, 2015).

Gastos são todos os consumos efetuados pelas empresas, sem importar se foram adquiridos à vista ou a prazo. Eles podem ser divididos em custos, despesas, perdas ou investimentos, como ilustra a Figura 1. O mesmo ocorre nos gastos das famílias.

Figura 1: Tipos de Gastos



Fonte: Limeira (2012:33)

Segundo Limeira (2012), custos são os gastos efetuados com o intuito de gerar bens ou prestação de serviços. Despesas são os consumos de bens ou serviços com o objetivo de gerar receitas. As perdas são os gastos anormais ou involuntários que não geram bens ou serviços e muito menos geram receitas. Já os investimentos correspondem à aquisição de bens. O Quadro 1 traz exemplos de cada tipo de gastos para empresas.

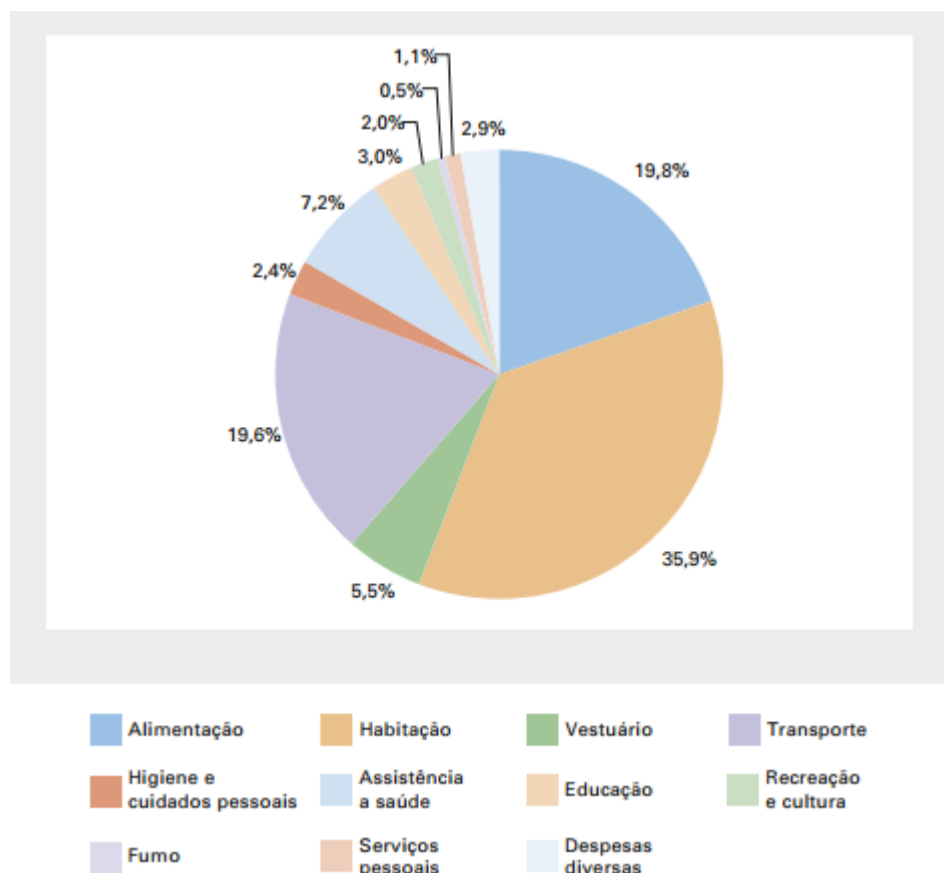
Quadro 1: Exemplo por Tipos de Gasto para Empresas

Tipo de Gastos	Exemplos
Custos	<ul style="list-style-type: none"> - Gastos com matéria-prima ou mão-de-obra - Insumos utilizados na produção de bens ou serviços - Compra de tecido para produção de roupas numa indústria têxtil - Compra de material de limpeza para uma empresa que presta serviços gerais
Despesas	<ul style="list-style-type: none"> - Despesas de vendas, como comissões ou propaganda - Despesas administrativas, como aluguel ou salário de funcionários - Despesas financeiras, como juros ou tarifas bancárias
Perdas	<ul style="list-style-type: none"> - Inadimplência de clientes - Sobra de material não aproveitável
Investimentos	<ul style="list-style-type: none"> - Compra de maquinário para produção - Compra de imóveis que gerem receitas de aluguel - Aquisição de sistemas

Fonte: Limeira (2012:33 e 34)

Realizando um paralelo com os gastos para família, segundo os estudos do IBGE (2012), foram analisados os impactos das despesas no orçamento das famílias. O Gráfico 1 traz exemplos de cada tipo de gastos para as famílias.

Figura 2: Gráfico de Distribuição das despesas de consumo e média mensal familiar, por tipos de despesa – Brasil – período 2008-2009.



Fonte: IBGE, Diretorias de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009.

Em contrapartida aos gastos, há as receitas geradas pelas empresas. Os ganhos ou receitas são os valores que uma empresa recebe, oriundo de suas vendas, prestação de serviços ou aplicações financeiras. Como exemplos de receitas:

- Receitas de vendas de produtos;
 - Venda de carros por uma concessionária;
 - Venda de seguros por uma corretora.
- Receitas de vendas de serviços;
 - Serviço de conserto de carro por uma oficina;
 - Serviço prestado por uma consultoria.
- Receitas de rendimentos de aplicações financeiras.
 - Venda de ações de determinada companhia.

Na visão familiar, têm-se como receita os salários recebidos por seus integrantes, rendimentos de aplicações financeiras e recebimentos extras por algum tipo de prestação de serviços.

O resultado dos ganhos com os gastos, ou seja, o encontro de receitas com custos e despesas, gera lucro ou prejuízo para uma empresa. Esse resultado, na Contabilidade, é sempre apurado com base em um período específico de tempo e incorpora o Patrimônio Líquido (PL) no Balanço Patrimonial (BP) de uma empresa.

O BP é composto basicamente por três itens: ativo, passivo e PL. O ativo, matematicamente, corresponde à soma do passivo com o PL. O ativo representa os bens e direitos de uma entidade, enquanto o passivo representa as obrigações que ela possui. O Quadro 2 ilustra a estrutura do BP e os conceitos de ativo, passivo e PL (LIMEIRA, 2012).

Quadro 2: Estrutura Patrimonial

Balanço Patrimonial (BP)	
Ativo:	Passivo:
Bens: - Imóveis - Mercadorias - Caixa da Empresa	Obrigações: - Contas a Pagar
Direitos: - Receitas a Receber (Contas a Receber)	Patrimônio Líquido (PL) - Capital Social - Resultado Acumulado

Fonte: Limeira (2012:51)

A Demonstração de Resultado do Exercício (DRE), é um relatório que devidamente analisado, colabora na tomada de decisões devido à forma padronizada de apresentação das informações. A DRE se apresenta em regime de competência, tal como o Balanço Patrimonial, isto é, se a empresa contrata um serviço no mês corrente, mas paga em três parcelas, na DRE constará o gasto total daquele serviço, pois ele foi prestado no mês corrente. De forma

análoga, a receita que foi faturada no mês pode não ser recebida no próprio mês. Se um produto é vendido nesse mês, mas parcelado em quatro vezes, a Contabilidade reconhece na DRE 100% da receita, mesmo que a empresa ainda não tenha recebido todo o valor da venda efetuada. De forma resumida, a DRE mede o desempenho da empresa em cada mês, independente da forma como receitas, custos e despesas afetem o caixa (FREIRE, 1996). O Quadro 3 ilustra a estrutura básica da Demonstração de Resultados do Exercício.

Quadro 3: Estrutura Básica de uma DRE

Demonstração de Resultados do Exercício	
(+) Receita Operacional Bruta	
Venda de Produtos	
Serviços Prestados	
(-) Deduções	
Devoluções de Produtos	
Impostos Sobre Vendas	
(=) Receita Operacional Líquida	
(-) Custos dos Produtos Vendidos (CPV)	
(=) Lucro Bruto	
(-) Despesas Operacionais	
(=) Lucro/Prejuízo Operacional	
(+) Receitas Não Operacionais	
(-) Despesas Não Operacionais	
(=) Lucro/Prejuízo Líquido Antes de IR e CSLL	
(-) IR e CSLL	
(=) Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício	

Fonte: Limeira (2012:64 e 65)

A Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC), diferente da DRE, não leva em consideração a competência dos serviços prestados. Ela se baseia 100% no período financeiro dos serviços prestados, ou seja, o período em que aqueles serviços impactam o caixa da empresa. Se um produto foi vendido em dez parcelas mensais, essa receita vai impactar a DFC durante os dez meses de recebimento do serviço.

De forma geral, a DFC auxilia as empresas a identificar variações no caixa. No entanto, ela não leva em consideração somente o dinheiro que a empresa possui em conta, mas também os depósitos bancários disponíveis, aplicações de curto prazo e aplicações de alta liquidez. Abaixo o Quadro 4 ilustra um DFC.

Quadro 4: Estrutura Básica de um DFC

Demonstração de Fluxo de Caixa	
(+) Entradas	
	Vendas de Produtos ou Serviços
	Receita de Aplicações Financeiras
	Vendas de Bens
	Outras Entradas
(-) Saídas	
	Pagamento a Fornecedores
	Pagamento de Impostos
	Pagamento de Despesas
	Pagamento de Juros Sobre Empréstimos
	Investimentos em Bens
	Pagamento de Dividendos
	Outras Saídas
Saldo Inicial de Caixa	
(+) Entradas	
(-) Saídas	
(=) Saldo Parcial de Caixa	
(+) Empréstimos	
(-) Aplicações Financeiras	
(=) Saldo Final de Caixa	

Fonte: Limeira (2012:75)

2.2.Gestão Financeira

A Gestão Financeira está presente nas situações rotineiras de planejamento pessoal, seja na economia de recursos ou planos de aposentadoria (poupança) como na educação dos filhos (investimento para obtenção de retorno) (GITMAN, 2001).

A necessidade de educação financeira aumenta à medida que o setor financeiro se desenvolve, pois o aumento dos serviços e produtos financeiros e da tecnologia faz com que o mercado necessite de consumidores com mais conhecimentos a fim de tomarem decisões mais eficientes (SAITO, 2008).

O sistema capitalista, que se caracteriza pela oferta de produtos e serviços e consumos pelos demandantes desses bens, figura-se como fator elementar o gerenciamento dos recursos pessoais. Assim como a empresa, que necessita controlar seus gastos, as pessoas, dado à escassez dos recursos e necessidades ilimitadas também precisam adotar de ferramentas que as auxiliem neste controle de suas receitas financeiras (SILVA e PASSOS, 2015).

A Matemática Financeira é uma ferramenta para a tomada de decisões financeiras, tanto de caráter pessoal quanto empresarial. Ela aborda o valor do dinheiro no decorrer do tempo, cujo objetivo é analisar operações financeiras que envolvam entradas e saídas de dinheiro ocorridas em momentos distintos (LAPPONI, 2006).

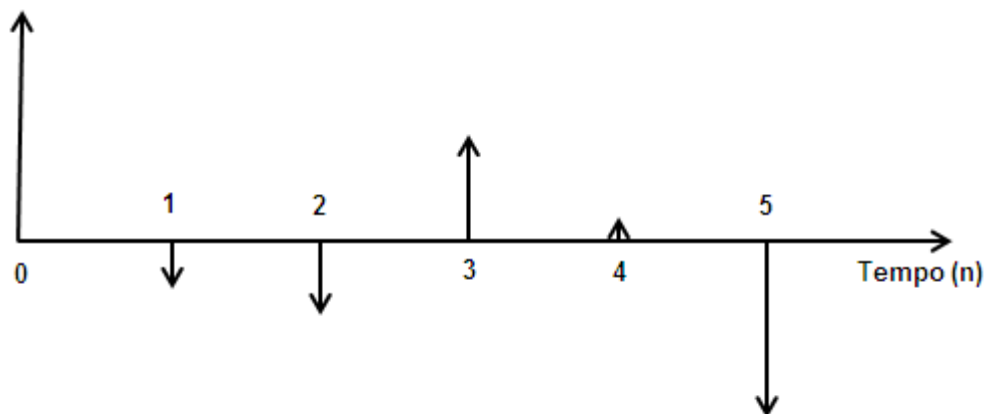
O Quadro 5 apresenta um exemplo de fluxo de caixa em cinco períodos com sua representação gráfica na Figura 2.

Quadro 5: Fluxo de Caixa

Períodos	Entradas e Saídas
0	10.000
1	- 2.000
2	- 3.000
3	4.500
4	1.000
5	- 7.500

Fonte: Lapponi (2006:18)

Figura 3: Gráfico de um Fluxo de Caixa



Fonte: Lapponi (2006:18)

Onde:

- Valor Presente → É apresentado como PV (*present value*). É o montante inicial de uma operação financeira. Quando apresentado como PV_n , indica que é o montante inicial de um período específico.

- Valor Futuro → É apresentado como FV (*future value*). É o montante final de uma operação financeira. Quando apresentado como FV_n indica que é o montante final de um período específico.
- Juros → É apresentado como J (*interest*). É o valor absoluto obtido de juros numa operação financeira. Quando apresentado como J_n indica que é o montante obtido com juros em um período específico.
- Taxa de Juros → É apresentado como i e indica a razão do valor obtido de juros sobre o PV.
- Períodos → É apresentado como n e indica a quantidade de períodos de uma operação financeira.

A taxa de juros é o custo do dinheiro. Em geral, é a quantia gerada pela aplicação de um valor por determinado tempo a um percentual fixo. Quanto menos dinheiro disponível para empréstimos, maior será a taxa de juros.

A taxa Selic é a taxa básica da economia, sendo usada como referência para a determinação das demais taxas no mercado, tanto as de empréstimos como de remuneração das aplicações em renda fixa.

Há duas formas de capitalização: regime por juros simples e por juros compostos.

O regime de juros simples segue um padrão linear. Nesse regime, o cálculo dos juros em cada período é constante e obtido através da multiplicação da taxa de juros pelo valor do capital inicial. Ou seja, o valor do montante de juros é obtido através da Equação 1:

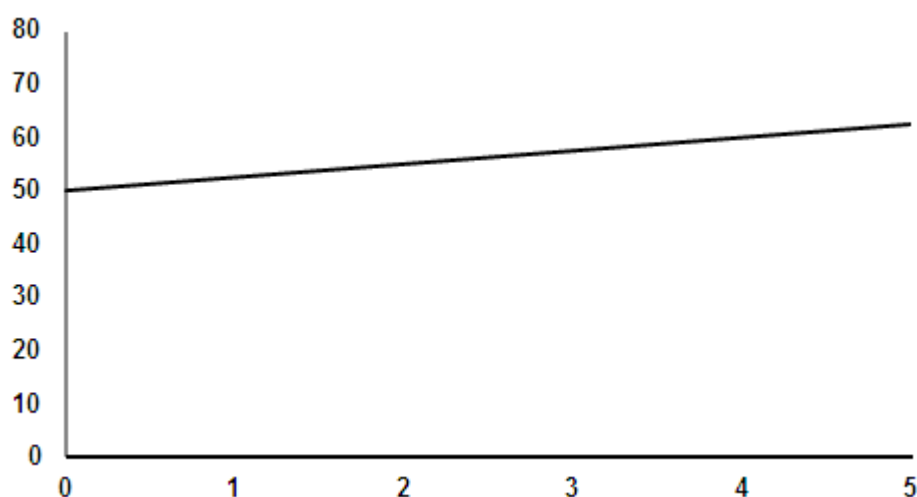
$$FV = PV \times (1 + i \times n). \quad (1)$$

A Tabela 1 apresenta um exemplo de aplicação de juros simples, inclusive apresentando a linearidade desse regime, conforme Figura 3.

Tabela 1: Exemplo de Aplicação de Juros Simples

Períodos	PV	Taxa de Juros (i)	Juros (J _n)	FV
0	50,00	5% a.m.		50,00
1	50,00		2,50	52,50
2	52,50		2,50	55,00
3	55,00		2,50	57,50
4	57,50		2,50	60,00
5	60,00		2,50	62,50
Juros Acumulados do Período			12,50	

Fonte: Autoria própria.

Figura 4: Gráfico de uma Aplicação de Juros Simples

Fonte: Autoria própria.

O regime de juros simples segue um movimento linear. O regime de juros compostos é mais comum nas realizações de aplicações financeiras. Nesse regime os juros são obtidos através da multiplicação da taxa de juros pelo montante acumulado ao fim de cada período. Por conseguinte, o valor de juros cresce exponencialmente com o passar dos períodos. A Equação 2 representa o regime de juros compostos:

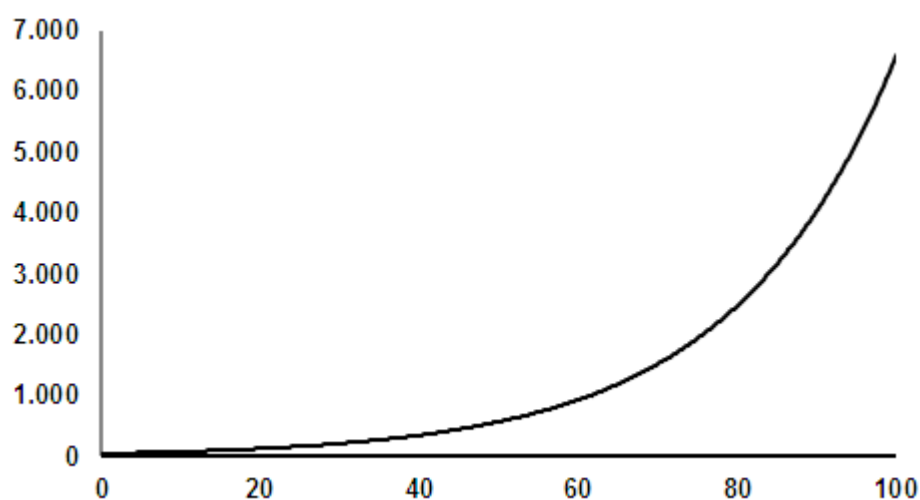
$$F_n = PV \times (1 + i)^n. \quad (2)$$

Na Tabela 2 é apresentado um exemplo de aplicação de juros compostos. A Figura 4 representa esse com um período maior, a fim de deixar claro o crescimento exponencial dos juros.

Tabela 2: Exemplo de Aplicação de Juros Compostos

Períodos	PV	Taxa de Juros (i)	Juros (J_n)	FV
0	50,00	5% a.m.		50,00
1	50,00		2,50	52,50
2	52,50		2,63	55,13
3	55,13		2,76	57,88
4	57,88		2,89	60,78
5	60,78		3,04	63,81
Juros Acumulados do Período			13,81	

Fonte: Autoria própria.

Figura 5: Gráfico de uma Aplicação de Juros Compostos

Fonte: Autoria própria.

A Tabela 3 mostra a comparação entre o montante de juros de cada regime ao longo do tempo. Nos primeiros períodos, a diferença é pequena e, ao longo do tempo, a diferença cresce. No 10º período, por exemplo, a diferença ainda é de apenas 8,6% e no 20º período, ela já alcança mais de 30%.

As operações de juros simples são utilizadas em operações de curto prazo e processo de desconto de duplicatas. Os juros compostos são utilizados em diversas operações que envolvem dinheiro como: compras a médio e longo prazo, compras com cartão de crédito, empréstimos bancários, aplicações financeiras como Caderneta de Poupança, fundos de investimentos e renda fixa.

Tabela 3: Juros Simples x Juros Compostos

Períodos	Juros Simples	Juros Compostos	Variação (R\$)	Variação (%)
1	52,50	52,50	0,00	0,00%
5	62,50	63,81	1,31	2,10%
10	75,00	81,44	6,44	8,59%
20	100,00	132,66	32,66	32,66%
50	175,00	573,37	398,37	227,64%
100	300,00	6.575,06	6.275,06	2091,69%

Fonte: Autoria própria.

2.2.1 Aplicações Financeiras e Investimentos

De acordo com Miranda (2013), a educação financeira pode ser vista como um investimento com ganhos tanto para o consumidor quanto para as entidades que oferecem esses serviços, pois quando o consumidor passa a conhecer bons métodos e práticas de gestão de finanças, o mesmo passa a administrar melhor suas finanças e melhora consideravelmente sua qualidade de vida e suas decisões financeiras.

Educação financeira pode qualificar os consumidores a serem melhores compradores, permitindo-os obter bens e serviços a custos menores. Este processo efetivamente aumenta o poder de compra real do consumidor e provê maiores oportunidades para consumir mais, poupar ou investir. Além disso, a educação financeira pode auxiliar as pessoas a obter ganhos de conhecimentos necessários para criar orçamentos familiares, iniciar planos de poupança, gerenciamento de débitos e formular decisões estratégicas de investimento de débitos e formular decisões estratégicos de investimento para a sua aposentadoria ou para a educação de seus filhos (GREENSPAN, 2005).

A educação financeira obtida em algum âmbito social contribui para situações do cotidiano, sejam estas para aplicação eficiente de investimentos pessoais como para a melhoria da carreira profissional (SILVA; PASSOS, 2015). Os investimentos são aplicações de recursos em ativos que geram algum tipo de retorno financeiro para o investidor. No mercado financeiro, em geral, quanto maior o risco do investimento, maior o retorno esperado. As duas variáveis (risco e retorno) são diretamente correlacionadas.

O mercado financeiro costuma categorizar seus investimentos com base no perfil dos produtos que compõe sua carteira de investimento por entender

que isso reflete o grau de tolerância do investidor ao risco financeiro aplicado. Existem três tipos de perfis que refletem sua propensão a riscos:

- Conservador – privilegia a segurança para diminuir o risco a perdas, para isso aceitando até uma rentabilidade menor;
- Moderado – procura um equilíbrio entre a segurança e a rentabilidade e está disposto a correr certo risco para que seu dinheiro rentabilize um pouco mais do que as aplicações mais seguras;
- Arrojado – privilegia a rentabilidade e é capaz de correr grandes riscos para que seu investimento obtenha maiores retornos.

O mercado financeiro brasileiro dispõe de diversos tipos de investimentos e as principais serão abordadas a seguir:

- Caderneta de Poupança – é aplicação mais procurada pelos investidores no Brasil, devido à segurança oferecida e ao menor limite de depósito. E ao menor conhecimento dos poupadores sobre finanças, pois sabe-se que atualmente, a poupança é um investimento que não protege o patrimônio contra inflação.

A caderneta de poupança é uma aplicação de renda fixa que possui uma rentabilidade de 6,17% ao ano mais a variação da Taxa Referencial. Para depósitos efetuados a partir de 04/05/2012, quando a taxa Selic for 8,5% ou menor, a rentabilidade da poupança será de 70% da Selic mais a Taxa Referencial.

Segundo Haddow (2013), a incerteza da atividade econômica pode resultar em um aumento da poupança. As famílias ficam mais cautelosas em investir e procuram investimentos mais seguros.

- Fundos de investimentos - é uma comunhão de recursos sob a forma de condomínio onde os cotistas têm o mesmo interesse e objetivos ao investir no mercado financeiro e de capitais. A Administração e Gestão do fundo são realizadas por especialistas contratados. Os administradores são responsáveis pelos aspectos jurídicos e legais dos fundos, os gestores da

estratégia na montagem da carteira de ativo do fundo, visando maior rentabilidade possível com o menor nível de risco.

Os fundos de investimentos são classificados como Renda Fixa, Multimercados, Ações e Cambial.

- CDBs - Certificado de Depósito Bancário → são títulos de renda fixa emitidos por bancos comerciais e de investimentos, é utilizado para captação de recursos de investidores por parte dos bancos.

Sua rentabilidade pode ser prefixada, por uma taxa flutuante ou pós-fixados. Um CDB pode ser resgatado antes do seu vencimento, mas, para isto, o investidor terá que vendê-lo ao banco e pedirá um prêmio para comprar o papel, o que é desvantajoso para o investidor.

O maior risco do CDB é de que o banco que emitiu se torne inadimplente, a aplicação conta com a cobertura do Fundo Garantidor de Crédito em até R\$ 250.000,00.

- LCI – Letra de Crédito Imobiliário → é um título de crédito cujo lastro são créditos imobiliários garantidos por hipoteca ou por alienação do imóvel. Quando comparadas aos fundos de renda fixa e CDB, a isenção de imposto de renda é o que torna os investimentos em LCIs mais atrativo. Além de possuir garantia real, a aplicação conta com a cobertura do Fundo Garantidor de Crédito em até R\$ 250.000,00.
- LTN – Letras do Tesouro Nacional → é um título público com a rentabilidade prefixada, com o resgate do valor do título de R\$ 1.000,00 na data do vencimento. São emitidos pelo Tesouro Nacional com objetivo de cobrir o déficit orçamentário, bem como para realização de operações por antecipação.
- LFT – Letras Financeiras do Tesouro → é um título de médio e longo prazo pós-fixados com rentabilidade diária vinculada à taxa Selic. O resgate do principal e dos juros ocorre no vencimento.
- NTN-B – Nota do Tesouro Nacional → O valor nominal do título na data-base é atualizado pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), mais o pagamento de juros semestral.

A taxa de juros é usada como referência para os rendimentos dos investimentos em CDB, títulos públicos, LCI, ou mesmo fundos de renda fixa, está relacionada com a sua rentabilidade. Em títulos prefixados, quanto maior os juros, menor será seu valor presente.

A Tabela 4 mostra 8 opções distintas de investimentos, de acordo com o perfil de risco do investidor. Os investimentos foram ordenados de forma decrescente conforme a sua rentabilidade nos últimos 12 meses e o comparativo do CDI. Com cenário de alta taxa de juros e inflação, a NTN-B teve 17,78% de rentabilidade em 12 meses e apresentou a melhor opção de investimento no período, a sua rentabilidade está atrelada a IPCA mais pagamento de juros semestrais. Outros ativos pós-fixados como LCI teve 16,63% de rentabilidade nos últimos 12 meses, com a taxa de retorno de 94% do CDI, a isenção de imposto de renda torna o investimento mais atrativo; CDB BI&P oferece uma taxa de 113% do CDI e teve uma rentabilidade de 15,97% nos últimos 12 meses.. A Caderneta de Poupança é o investimento mais utilizado no Brasil, devido a sua segurança e facilidade de aplicação, mas apresenta o menor retorno comparado com os outros produtos, teve uma rentabilidade de 6,17% nos últimos 12 meses. A LTN é um título prefixado e no mesmo período Selic aumentou de 13,75% para 14,25%, esse aumento reduziu o retorno do ativo e teve 8,28% de rentabilidade nos últimos 12 meses; o fundo de investimento GAP Absoluto tem o objetivo de superar a variação do CDI, nos últimos 12 meses teve 10,78% de rentabilidade, resultado abaixo do esperado pela expectativa dos Investidores e Gestores.

Tabela 4: Comparativo de Opções de Investimentos

Nome	Tipo	Risco/Perfil	Aplicação Mínima	Vencimento	Taxa/CDI	Rendimento Últimos 12 Meses	Comparativo CDI
NTN-B	Tesouro	conservador	2.412	10/05/2019	-	17,78%	125,83%
LCI Intermedium 2017	LCI	moderado	30.000	07/06/2017	94,00%	16,63%	121,00%
CDB POS - BI&P	CDB	moderado	10.000	04/06/2019	113,00%	15,97%	113,00%
LFT - Tesouro Pós-Fixado Selic 2017	Tesouro	conservador	7.827	07/03/2017	100,00%	14,13%	100,00%
CDB - itaú	CDB	conservador	10.000	04/06/2019	89,00%	12,58%	89,00%
Gap Absoluto	Fundo	Agressivo	50.000	-	-	10,78%	76,29%
LTN - Tesouro Pré-Fixado 2021	Tesouro	conservador	584	01/01/2021	12,40%	8,28%	58,60%
Caderneta de Poupança	Poupança	conservador	-	04/06/2019	8,08%	6,17%	43,67%

* CDI considerado na data base de 04/06/2016 no valor de 14,13% a.a.

Fonte: Sites www.cetip.com.br; www.tesouro.fazenda.gov.br; www.xpi.com.br; www.infomoney.com.br e www.guiainvestimentos.com.br.

A Tabela 5 mostra 8 investimentos e seus respectivos retorno financeiros, considerando uma aplicação de R\$ 50.000,00 para todos os ativos com o mesmo vencimento em 01/01/2019 anos.

CDB BI&P teve um ganho total de R\$ 73.482,00 e uma rentabilidade bruta no período de 46,96%; a NTN-B teve um retorno bruto de R\$ 70.513,00 e uma rentabilidade bruta no período de 41,03%; segundo estudos do Banco Central do Brasil (2016), a projeção para a taxa Selic é 11% e 7% para o IPCA em 2019, com esse cenário de redução na taxa de juros e inflação, a NTN-B não apresenta o melhor retorno para investimento; a caderneta de poupança continua apresentando o menor retorno para os investimentos com um valor bruto de R\$ 59.837,00 no período; a rentabilidade da LCI é isenta de imposto de renda e teve um retorno cujo o total líquido atingiu R\$ 68.869,00.

Tabela 5: Comparativo com retorno bruto do Investimento

	CDB BI&P	CDB ITAÚ	LCI	LFT	LTN	NTN-B	POUPANÇA	FUNDOS
Valor Aplicado	R\$ 50.000	R\$ 50.000	R\$ 50.000	R\$ 50.000	R\$ 50.000	R\$ 50.000	R\$ 50.000	R\$ 50.000
Data da Aplicação	04/06/2016	04/06/2016	04/06/2016	04/06/2016	04/06/2016	04/06/2016	04/06/2016	04/06/2016
Data de Resgate	01/01/2019	01/01/2019	01/01/2019	01/01/2019	01/01/2019	01/01/2019	01/01/2019	01/01/2019
Taxa DI ao a.a	14,04%	14,04%	14,04%	14,04%	14,04%	14,04%	14,04%	14,04%
CDI/TAXA %	113%	89%	94%	100%	12,40%	6,40%	8,1%	10,78%
Valor Bruto	R\$ 73.482	R\$ 67.714	R\$ 68.869	R\$ 65.123	R\$ 67.439	R\$ 66.879	R\$ 59.837	R\$ 67.975
Rent. Bruta no Período	46,96%	35,43%	37,74%	30,25%	34,88%	33,76%	19,67%	35,95%

Fonte: www.tesouro.fazenda.gov.br e www.clubedospoupadores.com.

Com diversas opções para investimentos no mercado financeiro, há possibilidade de maiores retornos e risco, porém, o investidor que tem uma educação financeira, tomará as melhores decisões estratégicas para a escolha do seu investimento de acordo com seu perfil de risco.

É necessário então que se discuta a temática educação financeira e que se conheçam bem os conceitos ligados a essa área, pois a educação financeira pessoal influencia diretamente as decisões econômicas dos indivíduos e das famílias. No Brasil, o tema educação financeira é tratado ainda de forma incipiente, o que faz com que os consumidores tenham um conhecimento bastante limitado sobre os produtos oferecidos pelo mercado financeiro (SAVOIA; SAITO; SANTANA, 2007).

2.2.2 Alternativas para regularização das dívidas

A maior parte dos problemas de endividamento está intimamente associada a uma maior predominância de orientação ao presente, pois tais consumidores tendem a exercer uma interpretação mais de curto prazo e de baixo nível, precisando desenvolver mais habilidades. Ou seja, estes indivíduos podem ter educação financeira, mas não possuem uma alta alfabetização financeira (SOUZA, 2013).

A ausência da educação financeira é uma das maiores causas para o gasto excessivo e a falta de controle sobre suas finanças.

Segundo estudo do Serasa Experian (2016), 24,5% dos indivíduos da população brasileira estavam inadimplentes no primeiro semestre de 2016. O estudo levou em conta dívidas atrasadas há mais de 90 dias e com valores acima de R\$ 200,00.

Na ótica da pessoa física, as dívidas correspondem a valores contratados em cheque especial; crédito pessoal; financiamento de veículos, imóveis e eletrodomésticos; cartão de crédito e para a compra de bens variados (Kasznar, 2009).

Com aumento do desemprego no Brasil, a falta de uma política de educação financeira tem elevado o número de pessoas endividadas no país. A ausência de conhecimento sobre os conceitos básicos para planejamento financeiro contribui para que índice aumente a cada ano. Os juros do cheque especial e cartão de crédito sempre estiveram entre os mais altos do mercado.

Segundo estudos do Banco Central (2016), em março os juros médios do cheque especial atingiram 300% ao ano. Porém há diversas maneiras para uma pessoa endividada regularizar a sua pendência financeira.

A Tabela 6 mostra as taxas do cheque especial cobrados pelos bancos. O cliente que possui uma dívida de R\$ 2.000,00 no cheque especial, o Banco do Brasil cobra a taxa mais baixa de 11,59% ao mês e uma dívida de R\$ 7.456,47

no final de 12 meses. O banco Santander cobra a taxa mais cara, juros de 15,21% ao mês, e uma dívida de R\$ 10.937,35 no final de 12 meses, uma diferença de R\$ 3.480,88 em relação ao Banco do Brasil

Tabela 6: Comparativo de Taxas do Cheque Especial

Banco	Taxa de juros ao mês*	Taxa de juro ao ano*	Juros pagos após seis meses	Juros pagos após um ano
Banco do Brasil	11,59%	272,63%	R\$ 3.861,73	R\$ 7.456,47
Bradesco	11,66%	275,72%	R\$ 3.876,29	R\$ 7.512,79
Caixa	11,76%	279,77%	R\$ 3.897,16	R\$ 7.593,93
Itaú	12,20%	298,07%	R\$ 3.990,13	R\$ 7.960,57
HSBC	14,41%	402,93%	R\$ 4.485,53	R\$ 10.060,00
Santander	15,21%	447,06%	R\$ 4.677,04	R\$ 10.937,35

*Taxas referentes ao período de 22 a 28 de abril de 2016

Fonte: Banco Central do Brasil

De acordo com estudo da Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (2016), a taxa média de juros no cartão de crédito subiu para 435,6% ao ano. O aumento da inadimplência e a inflação pressionada contribuíram para elevação dos juros no mês de abril.

A Tabela 7 mostra o valor da taxa dos juros rotativos cobrado pelo cartão de crédito no final de 6 e 12 meses para um cliente que possui uma dívida de R\$ 2.000,00. Com as taxas mais altas do mercado, o cliente vai adquirir uma dívida de R\$ 4.628,61 no final de 6 meses e R\$ 10.711,67 no final de 12 meses.

Tabela 7: Juros do Cartão de Crédito

Cartão de Crédito	Taxa de Juros ao mês	Taxa de Juros ao ano	Juros pagos após 6 meses	Juros pagos após um ano
	15,01%	435,60%	R\$ 4.628,61	R\$ 10.711,67

Fonte: própria autoria

A primeira opção para quem está inadimplente é a negociação direta com os bancos e as empresas de cobrança de crédito, além dos feirões para regularização da pendência. A taxa de juros ou valor total da dívida vai depender da negociação que o cliente fizer com a empresa responsável.

De acordo com Serasa (2015), o feirão é uma ótima oportunidade para os inadimplentes regularizarem a pendência financeira. As dívidas poderão ser negociadas com descontos que chegam a 95%. O feirão conta com a presença de grandes bancos, empresas de varejo e diferentes setores que registram o aumento da inadimplência.

A segunda opção para sanar a dívida financeira é o empréstimo consignado que possui uma característica do desconto financeiro ser realizado diretamente na folha de pagamento ou de benefício previdenciário do contratante. O empréstimo consignado tem as menores taxas de juros do mercado.

Qualquer pessoa que tenha carteira assinada, aposentados, pensionistas, além de funcionários públicos federais, municipais e forças armadas pode solicitar o empréstimo, porém, os juros costumam ser mais baratos para funcionário público, aposentados e pensionistas devido a estabilidade do emprego e as chances da Previdência atrasar os pagamentos são baixas.

O empréstimo consignado possui um limite de 30% da taxa mensal do empréstimo.

A Tabela 8 mostra a taxa dos juros do empréstimo consignado para funcionários de empresas privadas cobrada pelos principais bancos. Um cliente que realiza um empréstimo consignado no valor R\$ 2.000,00, e resolve parcelar em 12 meses, no final do período pagará o valor de R\$ 2.596,20 no HSBC Bank, o banco que cobra a menor taxa de 29,81% ao ano. O Banco Itaú cobra a taxa mais alta de 43,47% ao ano e no final de 12 meses o cliente pagará R\$ 2.869,40 pelo valor do empréstimo, uma diferença de R\$ 273,20 para o HSBC Bank.

Tabela 8: Comparativo de Juros de Empréstimo Consignado

Banco	Taxa de juros ao mês (%)	Taxa de juros ao ano (%)	Valor do empréstimo no final de um ano
HSBC	2,2	29,81	R\$ 2.596,20
Caixa Econômica Federal	2,41	33	R\$ 2.666,00
Banco Santander	2,56	35,45	R\$ 2.709,00
Banco Bradesco	2,74	38,26	R\$ 2.765,20
Banco do Brasil	2,75	38,42	R\$ 2.768,40
Itaú	3,05	43,47	R\$ 2.869,40

Fonte: Banco Central do Brasil

A terceira alternativa dos clientes que estão inadimplentes com o banco para quitar a dívida é solicitar um empréstimo pessoal, mesmo com as altas taxas de juros praticadas pelos bancos. E essa opção continua sendo mais vantajosa do que as taxas praticadas pelo cheque especial ou cartão de crédito.

De acordo com estudo do Serviço de Proteção ao Crédito (2016), principal finalidade do empréstimo pessoal é o pagamento de dívidas, como faturas de cartão de crédito, prestações de lojas e até mesmo outros empreendimentos adquiridos no passado 41,6%. Em segundo lugar aparecem o pagamento de contas básicas, como aluguel, condomínio, luz, telefone, escolha 15,1%. Aquisição de eletrodomésticos 8,7%. Compra de móvel 7,5% e a realização de viagens 5,5% completam o ranking de motivações.

A Tabela 9 mostra a taxa dos juros do empréstimo pessoal cobrado pelos principais bancos. Um cliente que realiza um empréstimo pessoal no valor R\$ 2.000,00, e resolve parcelar em 12 meses, no final do período pagará o valor de R\$ 3.374,20 no HSBC Bank, o banco que cobra a menor taxa de 68,74% ao ano. O Banco Bradesco cobra a taxa mais alta de 116,68% ao ano e no final de 12 meses o cliente pagará R\$ 4.333,60 pelo valor do empréstimo, uma diferença de R\$ 954,40 para o HSBC Bank.

Tabela 9: Comparativo de Taxas de Juros do Empréstimo Pessoal

Posição	Instituição	Taxas de juros		Valor do empréstimo no final de um ano
		% a.m.	% a.a.	
1	HSBC BANK BRASIL SA BCO MULTIP	4,46	68,74	R\$ 3.374,20
2	BCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	4,6	71,53	R\$ 3.430,60
3	BCO DO BRASIL S.A.	4,65	72,43	R\$ 3.448,60
4	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	5	79,55	R\$ 3.591,00
5	ITAÚ UNIBANCO BM S.A.	5,32	86,18	R\$ 3.723,60
6	BCO BRADESCO S.A.	6,66	116,68	R\$ 4.333,60

Fonte: Banco Central do Brasil

A educação financeira é fundamental para auxiliar o planejamento financeiro no controle das dívidas, analisando os melhores cenários e opções de empréstimos e quais dívidas possuem as maiores taxas de juros.

Segundo a FEBRABAN (2014), educação financeira é o processo pelo qual o indivíduo melhora sua compreensão sobre conceitos e produtos financeiros e, por meio de informação, instrução e orientação, consegue desenvolver habilidade e confiança para se tornar mais consciente das oportunidades e dos riscos financeiros e sabe fazer escolhas bem informadas.

3. Metodologia

3.1. Tipo de Pesquisa

Quanto aos fins a pesquisa se classifica como descritiva, porque visa descrever a falta de planejamento financeiro das famílias e as soluções para as famílias poupadoras e devedoras que não possuem uma educação financeira.

Quanto aos meios a pesquisa se caracteriza bibliográfica documental e estudo de caso. A pesquisa bibliográfica foi realizada para compreender as diferentes causas do assunto em questão, através de livros, artigos científicos, sites e teses que tratam o tema.

3.2. Amostra

O universo da pesquisa está referido nas famílias poupadoras e devedoras. Com relação a estes, foram criados dois exemplos de família.

A análise de resultados será feita com base na comparação das finanças de duas famílias fictícias: a família A e a família B.

Ambas as famílias são compostas por um casal, onde marido e mulher trabalham e geram renda. A renda total de ambas as famílias são de R\$ 10.000,00

A família A é uma família poupadora. Eles gastam R\$ 4.300 mensais com despesas gerais e, a cada seis meses, realizam uma viagem gastando mais R\$ 1.700. Com isso, o gasto médio mensal da família é de R\$ 4.583. Eles têm como costume poupar grande parte da renda familiar, deixando em torno de R\$ 400 apenas na conta para qualquer emergência. O resto do dinheiro eles aplicam em fundos de investimentos de baixo risco que geram um retorno bruto médio de 1% a.m.

Já a família B é uma família devedora. Ela gasta por mês R\$ 6.500 e, a cada três meses, gastam em média mais R\$ 1.500 com viagens. Assim, o gasto médio mensal da família é de R\$ 7.000, mais de 150% das despesas da família A. Os membros não investem e apenas deixam o dinheiro parado na conta. E ainda costumam consumir limite de cheque especial do banco, pagando uma taxa de 11,59% a.m.

Quanto as limitações estão referidas a educação e planejamento financeiro das famílias poupadoras e devedoras. Qual o conhecimento que eles possuem sobre investimentos, taxa de juros, Gestão Contábil e Financeira.

4. Análise de Resultados

Por meio das teorias apresentadas percebe-se a importância de ter conhecimentos básicos sobre Gestão de Contabilidade e Gestão de Finanças, pois o indivíduo que não controla suas finanças tem dificuldade em analisar para onde está indo o seu dinheiro. Aqui há uma ressalva. Os indivíduos podem ter conhecimento e mesmo assim serem descontrolados. Uma coisa não necessariamente leva a outra. Logicamente que quem entende mais, tende se controlar mais, mas não dá para fazer afirmações fortes sobre isso.

Identificar sua receita e examinar suas despesas é o primeiro passo do planejamento financeiro para verificar se a família será poupadora ou devedora. O controle dos gastos e uma educação financeira são fundamentais para evitar o endividamento familiar. O controle regular do DRE e o fluxo de caixa simplificam o controle de receita e despesas das famílias ajudando a não ficar devedora.

A família precisa planejar seus objetivos de curto, médio e longo prazo, para traçar as estratégias e atingir seus resultados financeiros.

Os Quadros 6 e 7, 8 e 9 mostram as DREs e DFCs das famílias A e B. O controle das despesas, receitas e resultados apurados, geram informações significativas na tomada de decisão. A família terá um diagnóstico melhor sobre suas finanças e poderá fazer um planejamento financeiro de acordo com os resultados apresentados. A utilização do DFC em paralelo com DRE melhora o desempenho financeiro da família, através da otimização e alocação de recursos. É necessário fazer um acompanhamento para anotações de entrada e saída de caixa, tais como recebimento de rendimentos, pagamento de aluguel. Com a utilização da ferramenta as famílias poupadoras ou devedoras podem avaliar o momento certo para comprar um ativo ou pagar uma dívida.

Quadro 6: DRE – Família A (Poupadora)

Demonstração de Resultado do Exercício	Mês 1	Mês 2	Mês 6	Mês 13	Mês 18	Mês 23	Mês 24
(+) Receita Operacional Bruta	10.000	10.022	10.128	10.290	10.437	10.574	10.606
Salários	10.000	10.000	10.000	10.000	10.000	10.000	10.000
Rendimento de Aplicações Financeiras	0	22	128	290	437	574	606
(-) Deduções	- 3.103	- 3.103	- 3.103	- 3.103	- 3.103	- 3.103	- 3.103
INSS	- 1.100	- 1.100	- 1.100	- 1.100	- 1.100	- 1.100	- 1.100
IRPF	- 2.003	- 2.003	- 2.003	- 2.003	- 2.003	- 2.003	- 2.003
(=) Receita Operacional Líquida	6.898	6.920	7.026	7.188	7.335	7.472	7.504
(-) Custos dos Produtos Vendidos (CPV)	0	0	0	0	0	0	0
(=) Lucro Bruto	6.898	6.920	7.026	7.188	7.335	7.472	7.504
(-) Despesas Operacionais	- 4.300	- 4.300	- 6.000	- 4.300	- 6.000	- 4.300	- 6.000
Aluguel, Luz e Água	- 2.000	- 2.000	- 2.000	- 2.000	- 2.000	- 2.000	- 2.000
Carro, Alimentação e Saúde	- 1.500	- 1.500	- 1.500	- 1.500	- 1.500	- 1.500	- 1.500
Lazer, Diversão e Viagens	- 300	- 300	- 2.000	- 300	- 2.000	- 300	- 2.000
Outras Despesas	- 500	- 500	- 500	- 500	- 500	- 500	- 500
(=) Lucro/Prejuízo Operacional	2.598	2.620	1.026	2.888	1.335	3.172	1.504
(+) Receitas Não Operacionais	0	0	0	0	0	0	0
(-) Despesas Não Operacionais	0	0	0	0	0	0	0
(=) Lucro/Prejuízo Líquido Antes de IR e CSL	2.598	2.620	1.026	2.888	1.335	3.172	1.504
(-) IR e CSLL	0	0	0	0	0	0	0
(=) Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício	2.598	2.620	1.026	2.888	1.335	3.172	1.504

Fonte: Autoria própria.

Quadro 7 : DFC – Família A (Poupadora)

Demonstração de Fluxo de Caixa	Mês 1	Mês 2	Mês 6	Mês 13	Mês 18	Mês 23	Mês 24
(+) Entradas	10.000	10.022	10.128	10.290	10.437	10.574	10.606
Salários	10.000	10.000	10.000	10.000	10.000	10.000	10.000
Receita de Aplicações Financeiras	0	22	128	290	437	574	606
Vendas de Bens	0	0	0	0	0	0	0
Outras Entradas	0	0	0	0	0	0	0
(-) Saídas	- 7.403	- 7.403	- 9.103	- 7.403	- 9.103	- 7.403	- 9.103
Pagamento de Impostos	- 3.103	- 3.103	- 3.103	- 3.103	- 3.103	- 3.103	- 3.103
Pagamento de Despesas	- 4.300	- 4.300	- 6.000	- 4.300	- 6.000	- 4.300	- 6.000
Pagamento de Juros Sobre Empréstimos	0	0	0	0	0	0	0
Investimentos em Bens	0	0	0	0	0	0	0
Outras Saídas	0	0	0	0	0	0	0
Saldo Inicial de Caixa	0	398	433	388	416	427	399
(+) Entradas	10.000	10.022	10.128	10.290	10.437	10.574	10.606
(-) Saídas	- 7.403	- 7.403	- 9.103	- 7.403	- 9.103	- 7.403	- 9.103
(=) Saldo Parcial de Caixa	2.598	3.017	1.458	3.276	1.750	3.599	1.902
(+) Empréstimos	0	0	0	0	0	0	0
(-) Aplicações Financeiras	- 2.200	- 2.600	- 1.000	- 2.800	- 1.400	- 3.200	- 1.500
(=) Saldo Final de Caixa	398	417	458	476	350	399	402

Fonte: Autoria própria.

Quadro 8: DRE – Família B (Devedora)

Demonstração de Resultado do Exercício	Mês 1	Mês 3	Mês 6	Mês 7	Mês 12	Mês 23	Mês 24
(+) Receita Operacional Bruta	10.000	10.000	10.000	10.000	10.000	10.000	10.000
Salários	10.000	10.000	10.000	10.000	10.000	10.000	10.000
Rendimento de Aplicações Financeiras	0	0	0	0	0	0	0
(-) Deduções	- 3.103	- 3.103	- 3.103	- 3.103	- 3.103	- 3.103	- 3.103
INSS	- 1.100	- 1.100	- 1.100	- 1.100	- 1.100	- 1.100	- 1.100
IRPF	- 2.003	- 2.003	- 2.003	- 2.003	- 2.003	- 2.003	- 2.003
(=) Receita Operacional Líquida	6.898	6.898	6.898	6.898	6.898	6.898	6.898
(-) Custos dos Produtos Vendidos (CPV)	0	0	0	0	0	0	0
(=) Lucro Bruto	6.898	6.898	6.898	6.898	6.898	6.898	6.898
(-) Despesas Operacionais	- 6.500	- 7.500	- 8.500	- 6.500	- 8.500	- 6.500	- 8.500
Aluguel, Luz e Água	- 2.500	- 2.500	- 2.500	- 2.500	- 2.500	- 2.500	- 2.500
Carro, Alimentação e Saúde	- 2.000	- 2.000	- 2.000	- 2.000	- 2.000	- 2.000	- 2.000
Lazer, Diversão e Viagens	- 1.500	- 2.500	- 3.500	- 1.500	- 3.500	- 1.500	- 3.500
Outras Despesas	- 500	- 500	- 500	- 500	- 500	- 500	- 500
(=) Lucro/Prejuízo Operacional	398	- 603	- 1.603	398	- 1.603	398	- 1.603
(+) Receitas Não Operacionais	0	0	0	0	0	0	0
(-) Despesas Não Operacionais	0	0	0	- 71	0	- 221	- 200
(=) Lucro/Prejuízo Líquido Antes de IR e CSL	398	- 603	- 1.603	326	- 1.603	177	- 1.803
(-) IR e CSLL	0	0	0	0	0	0	0
(=) Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício	398	- 603	- 1.603	326	- 1.603	177	- 1.803

Fonte: Autoria própria.

Quadro 9: DFC – Família B (Devedora)

Demonstração de Fluxo de Caixa	Mês 1	Mês 3	Mês 6	Mês 7	Mês 12	Mês 23	Mês 24
(+) Entradas	10.000	10.000	10.000	10.000	10.000	10.000	10.000
Salários	10.000	10.000	10.000	10.000	10.000	10.000	10.000
Receita de Aplicações Financeiras	0	0	0	0	0	0	0
Vendas de Bens	0	0	0	0	0	0	0
Outras Entradas	0	0	0	0	0	0	0
(-) Saídas	- 9.603	- 10.603	- 11.603	- 9.674	- 11.603	- 9.823	- 11.803
Pagamento de Impostos	- 3.103	- 3.103	- 3.103	- 3.103	- 3.103	- 3.103	- 3.103
Pagamento de Despesas	- 6.500	- 7.500	- 8.500	- 6.500	- 8.500	- 6.500	- 8.500
Pagamento de Juros Sobre Empréstimos	0	0	0	- 71	0	- 221	- 200
Investimentos em Bens	0	0	0	0	0	0	0
Outras Saídas	0	0	0	0	0	0	0
Saldo Inicial de Caixa	0	795	988	0	264	0	0
(+) Entradas	10.000	10.000	10.000	10.000	10.000	10.000	10.000
(-) Saídas	- 9.603	- 10.603	- 11.603	- 9.674	- 11.603	- 9.823	- 11.803
(=) Saldo Parcial de Caixa	398	193	- 615	326	- 1.338	177	- 1.803
(+) Empréstimos	0	0	615	- 326	1.338	- 177	1.803
(-) Aplicações Financeiras	0	0	0	0	0	0	0
(=) Saldo Final de Caixa	398	193	0	0	0	0	0

Fonte: Autoria própria.

Importante destacar alguns pontos da família A: (1) o aumento da receita oriunda de aplicações financeiras, saindo de R\$ 22 para R\$ 606; (2) o aumento o lucro em quase R\$ 600 por mês após dois anos; (3) os gastos controlados mesmo nos meses de gastos com viagens e (4) os constantes aportes financeiros sem haver quaisquer retiradas nos seus investimentos.

É muito importante poupar e saber onde investir suas economias, como funciona os produtos financeiros, qual risco que estará sujeito para um determinado de ativo, seu retorno, margem de rentabilidade para obter melhores resultados. Foram apresentados 8 tipos de investimentos, cada ativo com uma característica diferente do outro, a melhor opção será aquela que se adequará conforme seu perfil, objetivo e planejamento financeiro.

No cenário da família A ter uma educação financeira, a opção na escolha dos investimentos com vencimento em 01/01/2019, será de acordo com o risco e retorno. As melhores opções na ordem são:

1. CDB BI&P;
2. LCI;
3. Fundos de Investimentos;
4. CDB Itaú;
5. LTN – Letras do Tesouro Nacional;
6. NTN-B – Nota do Tesouro Nacional;
7. LFT - Letras Financeiras do Tesouro;
8. Poupança.

No cenário da família A não ter uma educação financeira, a opção na escolha dos investimentos com vencimento em 01/01/2019, será de acordo com a facilidade, segurança e menor conhecimento sobre os produtos financeiros. As opções na ordem são:

1. Poupança;
2. CDB Itaú;
3. CDB BI&P;
4. LCI;
5. Fundos de Investimentos;
6. LTN – Letras do Tesouro Nacional;
7. LFT - Letras Financeiras do Tesouro;
8. NTN-B – Nota do Tesouro Nacional.

Alguns pontos sobre a família B: (1) em poucos meses há lucro no resultado da família; (2) o pouco lucro não compensa os altos gastos; (3) logo no primeiro semestre a família já precisa utilizar o cheque especial e já começa a pagar juros por isso no mês seguinte; (4) o valor de utilização de crédito quase triplica em um ano e meio, chegando a R\$ 1.800 e (5) mesmo com dificuldades financeiras e a frequente utilização do cheque especial na taxa de 11,59% ao mês, a família B continua gastando muito e viajando trimestralmente.

As taxas de juros do cheque especial e cartão de crédito são as mais altas praticadas no mercado, a família devedora precisa ter uma educação financeira para planejar melhor suas finanças.

5. Conclusão

Foi mostrada a importância da educação financeira para o sucesso na tomada de decisão estratégica do planejamento financeiro. Informando os conceitos básicos da Gestão Contábil e Financeira para ter um conhecimento sobre controle da receita, despesas, fluxo de caixa e investimentos.

A contabilidade por meio do DRE, Fluxo de Caixa e Balanço patrimonial, que determina um controle sobre a sua saúde financeira da família, é muito importante sua utilização para o planejamento financeiro.

O controle contábil feito pelas empresas pode ser utilizado pelas famílias e pessoas para ter um melhor controle financeiro sobre suas finanças.

O mercado financeiro é dinâmico e é necessário entender melhor os investimentos que se adequam ao perfil de cada investidor. A maioria da população investe na poupança pela facilidade e segurança do investimento, mas existem outros tipos de produtos que apresentam maiores retornos com baixo risco.

Com aumento das famílias endividadas, as pessoas precisam se preparar financeiramente para controlar seus gastos para que consigam poupar e investir os recursos nos investimentos adequados para o seu objetivo, planejamento financeiro e perfil.

As taxas de juros cobradas pelo cartão de crédito e cheque especial são as mais altas praticadas pelo mercado. Muitas famílias acumulam dívidas por não terem conhecimento dos valores cobrados e que a melhor opção para quitar é negociar as dívidas, pegar um empréstimo consignado e por último o empréstimo pessoal.

Conclui-se que em geral, as famílias buscam obter maior rentabilidade ou economia de gastos. Sem esse conhecimento a família não terá controle sobre sua receita, despesas, investimentos, dívidas e seus objetivos financeiros não serão concluídos.

6. Referências Bibliográficas

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Disponível em www.bcb.gov.br. Acesso em maio de 2016.

CENTRAL DE CUSTÓDIA E DE LIQUIDAÇÃO FINANCEIRA DE TÍTULOS. Disponível em www.cetip.com.br. Acesso em maio de 2016.

CLUBE DOS POUPADORES. Disponível em <https://www.clubedospoupadores.com>. Acesso em junho de 2016

COLELLA, Mariana Trivia; DUARTE, Saulo Gonçalves Oliveira; GONÇALVES, Maria Alice; ROMANOW, Ingrid Oliveira; SILVA, Rana Campos da. **Planejamento Financeiro Familiar: A Importância da Organização e Controle do Orçamento Familiar**, 2015.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO. Disponível em www.cnc.org.br. Acesso em maio de 2016.

DINIZ, Janguê. **Motivos da Crise**. Faculdade Mauricio de Nassau, Fortaleza, 14 abril. 2015. Disponível em: <<http://www.mauriciodenassau.edu.br/artigo/exibir/cid/1/fid/1/aid/923>>. Acesso em: junho de 2015.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BANCOS (FEBRANBAN). Disponível em <https://portal.febraban.org.br/>. Acesso em maio de 2016.

FREIRE, Marcos Guimarães. **Análise das Demonstrações Financeiras**. Brasília: Vest-Con, 1996.

FREITAG, V. C. et al. **A contabilidade para Controle das Finanças Pessoais: a visão do acadêmico**. In: SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO (SEMEAD), 12, 2009, São Paulo. Anais eletrônicos. São Paulo: USP, 2009. Disponível em: http://www.ead.usp.br/semead/12semead/resultado/na_resumo.asp?cod_trabalho=669. Acesso em: junho de 2016

GITMAN, L.J. **Princípios de administração financeira: essencial**. Porto Alegre: Bookman, 2001.

GREESNSPAN, A. **Financial Literacy: A Tool for Economic Progress**. The Futurist, 2005.

Haddow, A., Hare, C., Hooley, J. & Shakir, T., **'Macroeconomic uncertainty; what is it, how can we measure it and why does it matter?'**, *Bank of England Quarterly Bulletin*, (2013).

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Projeção da População do Brasil e das Unidades da Federação**. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em <http://www.ibge.com.br/apps/populacao/projecao/>. Acesso em: 02 de maio. 2016.

Kasznar, I. K. **Marketing, políticas de crédito e inadimplência. Vender bem e evitar o mau pagador: um desafio permanente. Pensamento Contemporâneo em Administração**, 2009.

KYIOSAKI, Robert; T. LECHTER, Sharon. **Pai rico pai pobre**: Campus 2002.

LAPPONI, Juan Carlos. **Matemática Financeira**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

LIMEIRA, André Luis Fernandes; SILVA, Carlos Alberto dos Santos; VIEIRA, Carlos; SILVA, Raimundo Nonato Souza. **Gestão Contábil Financeira**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Empresarial**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 1998.

MIRANDA, M. O. R. **A educação financeira e sua influência no planejamento de finanças pessoais dos alunos da Fatecs do Uniceub**. 2013. 33 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) – Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2013. Disponível em: < <http://repositorio.uniceub.br/bitstream/235/4971/1/20953505.pdf> >. Acesso em: junho. 2016.

SAITO, A. T. **Uma contribuição ao Desenvolvimento da Educação Financeira**, 2008.

SAVOIA, J. R. F.; SAITO, A. T.; SANTANA, F. A. **Paradigmas da educação financeira no Brasil**. Rev. Adm. Pública, Rio de Janeiro, V. 41, N. 6, P. 1133-1137, nov./dez 2007. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S003476122007000600006&script=sci_arttext > Acesso em: junho de 2016.

SERASA EXPERIAN. Disponível em <https://www.serasaexperian.com.br/>. Acesso em junho de 2016.

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. Disponível em <https://www.spcbrasil.org.br/>. Acesso em junho de 2016.

SILVA, M. L. **Contabilidade Pessoal: uma proposta para a contabilização do patrimônio das pessoas físicas**. 2007. 52 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007. Disponível em: < <http://tcc.bu.ufsc.br/Contabeis292629> >. Acesso em: junho de 2016.

SILVA, Thiago Souza; PASSOS, Israel dos Santos. **Educação Financeira: Saberes Sobre Orçamento Pessoal e sua Utilização no Controle dos Recursos Financeiros**, 2015.

SILVA, Maria de Lourdes da. **Contabilidade Pessoal: Uma proposta para a contabilização do patrimônio das pessoas físicas.**, 2007.

SOUZA, Marcos Aguerri Pimenta de. **O Uso do Crédito pelo Consumidor: Percepções Multifacetadas de um Fenômeno Intertemporal**. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, 2013.

TESOURO NACIONAL DO BRASIL. Disponível em www.tesouro.fazenda.gov.br. Acesso em maio de 2016.

XP INVESTIMENTOS CCTVM. Disponível em www.xpi.com.br. Acesso em maio de 2016.